

Faltam critérios na distribuição da verba oficial

BRASÍLIA — A falta de critério na distribuição dos recursos públicos pode ser observada em praticamente todos os Ministérios e órgãos federais, a começar pela repartição encarregada de produzir o Orçamento Geral da União, enviado anualmente ao Congresso. A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação, vinculada à Presidência da República, considerou prioritário reservar cerca de Cr\$ 10 bilhões para "reforma das instalações" de seu edifício-sede, e outros Cr\$ 7 bilhões para pagamentos à Associação Brasileira de Orçamento Público.

O Palácio do Planalto patrocinou alguns absurdos, mantidos pelo Congresso. Apesar de o gabinete da Vice-Presidência estar hoje vazio, receberá Cr\$ 67 bilhões. O Ministério da Educação também alocou verba para coisas inexistentes: o extinto "Projeto Minha Gente", cuja autoria foi reivindicada pela ex-primeira-dama Rosane Collor, conta com Cr\$ 35 bilhões.

Outras distorções podem ser verificadas no Ministério do Exército: para o "arraçoamento de animais" (rações) foram destinados Cr\$ 82 bilhões, enquanto o subprograma "suprimento de material de ensino" recebeu Cr\$ 27,5 bilhões. Já a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), vinculada à Presidência, preferiu alocar cinco vezes mais recursos para pesquisa em tecnologia nuclear do que para o zoneamento ecológico da Amazônia.